



EDUCAÇÃO

Senador Wilder quer que crianças fiquem mais tempo na escola

MANUAL DAS ELEIÇÕES 2016

Senador Wilder movimentava Oeste Goiano com encontros do PP e lançamento de livro



CERRADO



Goiânia, SÁBADO, 9 de julho de 2016

- www.wildermorais.com.br
- facebook.com/wildermorais
- instagram.com/wildermorais
- twitter.com/wildermorais

GONZAGUINHA ETERNIZADO NA MÚSICA

Aquele que queria ver as pessoas assoviando suas músicas



MÚSICA

“O que é, o que é meu irmão”

MATHEUS GEOVANE

Um dos ícones da Música Popular Brasileira está recebendo uma grande homenagem da atual geração, na turnê da 27ª edição do *Prêmio da Música Brasileira*. Não é para menos. Filho de Luiz Gonzaga, Gonzaguinha marcou toda uma

geração e até hoje influencia músicos com as diversas letras épicas, como “O que é, o que é”, “Vida de viajante”, além de “Lindo lago do amor”.

O Prêmio da Música Brasileira teve sua primeira edição em 1988 e, desde então, tem como objetivo reconhecer o trabalho da música produzida no país,

em seus mais diversos gêneros, desde o sertanejo até a música popular. Em cada edição, é homenageado um ícone da música, passando por Elis Regina, Maysa, Luiz Gonzaga, além de muitos outros nomes que receberam uma montagem especial durante o evento de premiação.

Neste ano, a escolha de ho-

menagear Gonzaguinha não se resguardou apenas a um show na premiação, realizada no Rio de Janeiro. Para levar a música popular a todos os recantos do país, diversos artistas partem rumo às diversas capitais, como Porto Alegre, Brasília, Goiânia e Salvador, com a turnê do Prêmio da Música Brasileira, ho-

menageando e cantando Gonzaguinha.

Na capital goiana, a turnê desembarca no Teatro Rio Vermelho, com a cantora Zélia Duncan, na noite do sábado, dia 9 de julho. Os ingressos podem ser adquiridos por meio do site oficial do evento, www.premiodamusica.com.br/turne/#ingressos.

Carreira difícil

Ao contrário do que muitas pessoas pensam, ser a sombra do pai famoso, não era algo que agradava Gonzaguinha, ou mesmo facilitava sua carreira. Ele compôs sua primeira música aos 14 anos e durante muitos anos era apenas coadjuvante na grande mídia.

O sucesso veio após cantar a música “Comportamento Geral” no quadro “Um instante Maestro”, no ano de 1973. A letra que continha fortes críticas ao povo brasileiro e a forma de governar, incomodou de forma extrema os jurados que o acusaram de terrorista, propondo até sua deportação.

O que era para ser o fim da carreira do cantor, se transformou em combustível para a subida de Gonzaguinha ao gosto popular. Toda a polêmica em torno de suas letras o fazia mais conhecido e mais adorado.

Ele compôs músicas eternizadas na voz de cantores como Maria Bethânia, Fagner e Zizi Possi, além de com sua voz deixar um grande legado que será lembrado por gerações.



DIDACCA/CCO

CERRADO

Informativo diário do gabinete do senador Wilder

Brasília

Senado Federal – Ala Sen. Afonso Arinos – Anexo II
Gabinete nº 13 – CEP 70165-900.
Telefone: (61) 3303-2092/Fax (61) 3303-2964

Goiânia

Rua 88, nº 613, Qd. F-36, Setor Sul –
CEP 74-085-115.
Telefone: (62) 3638-0080/(62) 3945-0041

Editor

Thiago Queiroz
Supervisão gráfica
Valdinon de Freitas

Reportagem

Sinésio Dioliveira, Welliton Carlos,
João Carvalho, Wandell Seixas e
Rafaela Feijó

Capa

Maracanã-do-buriti
e flor da mangaba

EDUCAÇÃO

Senador Wilder quer ampliar tempo mínimo nas escolas

WELLINTON CARLOS

Um dos temas de Educação mais debatidos entre especialistas diz respeito a quantidade e qualidade de tempo que o estudante deve ficar na escola. O senador goiano Wilder Moraes instituiu um Grupo de Trabalho para discutir qual o tempo ideal para que ocorra um desenvolvimento adequado da criança no ensino fundamental.

O senador entende que é preciso debater o artigo 34 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), tendo em vista a necessária atualização da norma, caso seja preciso. O artigo 34 da lei diz que “a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”.

Conforme Wilder Moraes, o artigo não é apenas um a mais na norma federal e merece atenção redobrada, pois a partir dele é que se pode esperar que o país, em breve, cumpra as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Para Wilder, a norma foi um avanço. O motivo é óbvio: no passado os governantes, em vez de criar mais escolas, já que existe um natural aumento da população, preferiam criar mais faixas

de horários para colocar o máximo de estudantes em uma unidade. “Essa jornada escolar, que chamo de puxadinho da educação, não funciona mais. É preciso colocar o aluno em um ambiente adequado e educação não é que nem quando passamos com a bandeja no restaurante, coloca a comida e vai embora. Educação precisa calma, tempo, dedicação, vivência. É preciso sentar, ouvir, fazer exercícios”, diz Wilder.

O senador acredita que as quatro horas estipuladas na lei não sejam suficientes caso o país deseje, de fato, cumprir a meta do Plano Nacional de Educação (PNE).

Wilder diz que o assunto é complexo, pois na maioria das vezes os municípios declaram que não têm condições de aumentar a carga horária. “Concordo com as dificuldades e sou solidário com os prefeitos. Mas então teremos que encontrar solução. Uma das metas do PNE é oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% da educação básica. Mas como vamos oferecer uma educação de qualidade para uns, apenas 25%, e deixar que outras escolas continuem com o sistema de quatro horas diárias? Penso que teremos que ter uma evolução

razoável, tanto na ampliação do tempo nas escolas quanto nas escolas de tempo integral”, avalia o senador.

Para Wilder Moraes, a meta da qualidade só será cumprida com o reconhecimento do que é preciso realmente fazer. “Temos que fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades. É o que diz a meta do PNE. Está lá escrita. Temos que tirar do papel. Então, para melhorar o fluxo escolar e a aprendizagem teremos que investir em tempo gasto nestas escolas e bons professores. A lei nos obriga a bater uma meta: médias nacionais para o Ideb em 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental e 5,5 nos anos finais do ensino fundamental. E, por sua vez, 5,2 no ensino médio. É meta, caso não esteja enganado, a de número seis, que está em anexo à Lei 13.005/14”.

Wilder diz que tem discutido principalmente o termo “progressivamente”, que consta na lei. Para ele, esse prognóstico é de difícil cobrança e que precisa ser aperfeiçoado na técnica legislativa. “Talvez tenhamos que escalonar essa meta, por isso estamos debatendo junto aos especialistas e outros apaixonados em educação qual a melhor forma”, diz Wilder Moraes.



Senador Wilder diz que é preciso discutir mecanismos para aumentar permanência de estudante em sala de aula

AVANÇO

Governo aprova novas regras dos Fundos Regionais no Centro-Oeste

O governo federal atendeu ao pedido dos governadores da região Centro-Oeste, capitaneados pelo governador Marconi Perillo, e vai ampliar de seis para dez anos o prazo de pagamento dos financiamentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). A decisão foi anunciada anteontem durante a Reunião do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco). O Conselho é presidido pelo ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho. Além disso, o Condel propôs outra novidade: que o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) contemple projetos do setor de saúde, o que era vedado pelas regras anteriores.

A ampliação do prazo de vencimento para o pagamento dos projetos financiados pelo FCO rural vai facilitar a aquisição de maquinários e equipamentos para o setor pecuário e agroindustrial, além de contribuir para o desenvolvimento regional e ge-

ração de emprego e renda. O encontro também deliberou que a programação dos Fundos Regionais para 2016 incluirá assistência mínima global, com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), a empreendimentos com investimentos totais projetados iguais ou superiores a R\$ 20 milhões.

A 5ª Reunião do Condel contou com a participação do governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, e de representantes dos governos do Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso, além de instituições parceiras como o Banco do Brasil e outros Ministérios. Durante o encontro, o ministro destacou a importância do Condel da Sudeco para permitir a troca de ideias e experiências para a tomada de decisões. “Desta maneira, garantimos a transparência e a democracia nas políticas públicas de atribuição da Superintendência”, ressaltou.

Para o superintendente da Sudeco, Cleber Ávila, esse é um momento de retomada de diálogo

com as unidades federativas do Centro-Oeste. “As propostas aqui aprovadas são fundamentais para a retomada do desenvolvimento econômico da nossa região. São decisões importantes que irão impactar diretamente na geração de emprego e renda, além de fazer o processo de acesso aos recursos do FCO e FDCO serem desburocratizados”, ressaltou.

Ávila ressaltou também que a Sudeco tem procurado não somente prospectar boas propostas para a região, mas também trazer projetos que possam ingressar outros recursos para o desenvolvimento do Centro-Oeste. “No ano de 2014, nós aplicamos R\$ 533 milhões e recebemos mais de R\$ 1,3 bilhão. Já no ano de 2015, fizemos um trabalho mais estratégico com apoio dos estados, onde R\$ 1,3 bilhão foi aplicado e nós conseguimos alavancar cerca de R\$ 9,5 bilhões. Isso quer dizer que estamos fazendo com que os recursos aplicados atraiam mais investimentos, além da nossa capacidade orçamentária”.



Marconi e os demais governadores do Consórcio do Brasil Central

ENCONTROS DO PP E LANÇAMENTO DO MANUAL DAS ELEIÇÕES 2016

Senador Wilder visita cinco cidades do Oeste Goiano



ISRAELÂNDIA



JAUPACI



IPORÁ



MONTES CLAROS



AMORINÓPOLIS

FOTOS: SINESIO DOLIVEIRA

SENADOR WILDER NA MÍDIA

Diário da Manhã WWW.DM.COM.BR GOIÂNIA, SEXTA-FEIRA, 8 DE JULHO DE 2016 3

SEGURANÇA PÚBLICA

O destino da arma do bandido

Um dos principais motivadores das altas taxas de homicídio em Goiás e no Brasil, combate à circulação de armas é ainda medida ineficaz. Para piorar, quando apreende as armas, governo federal ordena que o Exército as inutilize

Welliton Carlos
Especial para Cidades

No dia 14 de janeiro deste ano, São Miguel do Araguaia entrou em pânico durante um roubo de banco. Em um dos vídeos, um dos populares diz que a polícia não teria condições de enfrentar os bandidos. As imagens do vídeo mostram todas as explosões e ataques a que a população foi submetida. De todo pânico, ficou uma lição: os criminosos atuam em equipe e bem armados – muitas vezes mais equipados do que a própria Polícia Militar.

Um dos maiores motivadores das altas taxas de homicídio em Goiás e no restante do País é a circulação livre de armas. Para ser ter ideia, criminosos que usam arma de fogo matam 116 pessoas por dia, indica o Mapa da Violência, levantamento realizado pelo Instituto Sangari no último ano.

Sem elas, a criminalidade seria controlada. Ocorre que nunca os criminosos estiveram com tantas armas nas mãos. Apesar de restritivo, o Estatuto do Desarmamento não resolveu o problema. Em parte por um motivo óbvio: o bandoleiro ainda armado não respeita a lei.

Dentre as soluções para impedir a circulação, estão estratégias de abordagem, projetos de lei para que armas sejam repassadas para o policiamento e ações que dificultem o acesso delas para os bandidos.

Ao mesmo tempo que sobram armas de fogo para criminosos, faltam armas para policiais. Existe até mesmo solidariedade entre as unidades da federação. O Governo do Distrito Federal, por exemplo, costuma repassar aos goianos as armas antigas que os policiais da capital federal não utilizam mais. Há três anos, mil armas foram repassadas para os policiais goianos.

Conforme Eva de Souza, da ONG A Paz que Eu quero, faltam políticas de segurança pública que limitem a circulação de armas. "Fizeram a lei, mas não debatem o Estatuto. Essa lei deve ser discutida em sociedade, de forma reiterada e constante".

Para Eva, ao reduzir o próprio "fetiche" da arma entre a população, acaba que se possibilita a redução da circulação por controle do consumo. "É um tema que fica apenas com a sociedade civil. Nossa ONG mesmo realiza esse debate nas escolas. Mas fazemos sem qualquer apoio. O governo federal deveria fazer campanhas na grande mídia, nas redes sociais. Hoje, o Estatuto já corre o risco, inclusive, de ser modificado por pressão da bancada da bola".

Uma outra estratégia deve ser o investimento no policial militar, responsável por realizar abordagens e encontrar as armas. No Maranhão, o governador Flávio Dino tem premiado os policiais com valores que variam de R\$ 300 e R\$ 1,5 mil para aquele policial que consegue tirar uma arma de circulação.

APRENSÕES

Na Região Metropolitana de Goiânia ocorreu aumento de apreensão de armas de fogo. O Núcleo de Estatística e Análise Criminal da Polícia Militar diz que nos primeiros cinco meses deste ano foram retiradas de circulação 58 armas de fogo ilegais em Aparecida de Goiânia. Em Trindade, ocorreu a apreensão de 50 armas.

O problema é que o aumento de apreensão de armas significa também uma maior circulação. Uma das estratégias do governo de Goiás, por exemplo, é atuar frente aos criminosos por meio do Comando de Operações Divisivas (COD). O grupo tático tem como função preparar os policiais para fechar as divisas estaduais para o tráfico de drogas e de armas. A polícia até tenta. Mas o governo federal nada faz para vigiar as fronteiras do Brasil, abertas para toda sorte de criminosos.

O senador Wilder Moraes, que apresentou uma proposta para regulamentar a destruição de armas, diz que é absurdo jogar fora os equipamentos em um verdadeiro "estado de guerra contra o crime". "É um contrassenso, um absurdo destruir armas apreendidas enquanto faltam armas para os policiais", diz o parlamentar, que tem atuado com uma série de projetos voltados para a segurança pública.

O advogado criminalista e especialista em Segurança Pública Adailton Alves sugere investir em policiais especializados na busca de armas. "Existem em outros países policiais treinados, que sabem exatamente onde e quando encontrar armas. Além desse estímulo em remunerar o policial quando ele encontra arma, existem treinamentos e mecanismos de busca que aceleram a varredura das armas. Hoje, a Colômbia tem atuado nesta frente, bem como o México", diz Adailton.

seus das Forças Armadas ou dos órgãos de segurança pública da União e dos Estados. O parlamentar goiano afirma que atualmente o Estatuto do Desarmamento obriga a destruição das armas, o que seria um equívoco, já que a administração pública compra armas para combater o crime. "Tal medida é extremamente necessária, uma vez que, de forma proporcional, onde é apreendido mais armamento da mão de criminosos é o local onde a polícia precisa estar mais bem aparelhada para controle operacional utilizado pela corporação. Nesse citado período, a PM retirou de circulação 2.682 armas de fogo ilegais. Foram apreendidas 505 armas de fogo a mais do que o mesmo período de 2014, com 2.177 apreensões registradas".

Wilder Moraes apresenta projeto para que armas apreendidas sejam da PM

O senador Wilder Moraes apresentou ontem projeto de lei que atende em parte a esta problemática da circulação de armas e da sua inutilização. O parlamentar goiano insere uma alteração no Estatuto do Desarmamento em que afirma: "As armas de fogo apreendidas, quando não mais interessarem à persecução penal, serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para doação às Forças Armadas e aos órgãos de segurança pública da União e dos Estados".

Conforme Wilder Moraes, a proposta de mudança legislativa aponta que 50% das armas apreendidas em cada Estado devem ser doadas para a Polícia Civil e Militar. "Apesar das armas obsoletas ou inservíveis é que devem ser destruídas, sob a supervisão do Comando do Exército", diz o parlamentar.

Wilder diz ainda que as armas de fogo de "valor histórico, obsoletas ou inservíveis" poderão ser doadas para mu-

Armas destruídas pelo Exército Brasileiro; governo ordena que equipamentos sejam inutilizados após fim do processo que envolve o criminoso

Para Wilder Moraes, é irracional destruir as armas apreendidas quando a polícia não tem armamento para se defender

12 GOIÂNIA, SEXTA-FEIRA, 8 DE JULHO DE 2016 WWW.DM.COM.BR

Fio Direto
SUELY ARANTES

Linha cruzada

➤ O senador Wilder Moraes participa hoje à tarde de encontros do PP e lança o Manual das Eleições 2016 em Montes Claros, Amorinópolis, Iporá, Jaupaci e Israelândia. À noite, Wilder estará em Santa Isabel, no Vale do São Patricio.

Anuncie no Site Contato Edições Anteriores Editorias

FOLHA DO SUDOESTE 34%
O JORNAL MAIS LIDO DO INTERIOR GOIANO

POLÍTICA ESTADO CIDADES ECONOMIA RELIGIÃO AGROFOLHA DIREITO E JUSTIÇA

Senador Wilder propõe mudança em lei e prevê entrega de armamentos apreendidos às forças policiais dos Estados

JULHO 8TH, 2016 DIRETOR POLÍCIA COMMENTS

Facebook Twitter Google+ LinkedIn Pinterest

POLÍCIA